

Como a parceria entre cooperativas e seguros prepara o Brasil para enfrentar desastres climáticos



“O cooperativismo e o setor de seguros têm o objetivo de proteger comunidades e construir um futuro mais justo para o país”, afirmou Roberto Santos, presidente do Conselho Diretor da CNseg, na abertura do Fórum de Sustentabilidade em Cooperativismo e Seguros. O evento, promovido pela CNseg em parceria com a OCB, foi realizado nesta segunda-feira (17), na Casa do Seguro, durante a COP30, em Belém (PA).

O encontro trouxe à tona discussões sobre como a integração entre cooperativas e o mercado segurador pode fortalecer a capacidade do Brasil de responder aos riscos climáticos. Tania Zanella, presidente do Instituto Pensar Agropecuária, destacou a importância dessa parceria.

"As cooperativas já conhecem o produtor e o território. Quando unimos esse conhecimento à expertise técnica dos seguros, transformamos proteção em política de desenvolvimento." Segundo ela, aproximar-se do setor segurador não é apenas necessário, mas estratégico. "Estamos construindo algo duradouro. Cooperativismo e seguro caminham juntos quando o assunto é resiliência."

Seguro Rural e Cooperativismo: Protegendo o Futuro da Alimentação

No primeiro painel, moderado por Clara Maffia, gerente de Relações Institucionais do Sistema OCB, os participantes apresentaram visões complementares sobre o papel do seguro rural como instrumento estruturante para a estabilidade e a produção agropecuária.

Andres Elola, representante da ICMIF Américas, ressaltou que o seguro rural vai além da simples indenização — funciona como estímulo permanente à adoção de práticas agrícolas mais sustentáveis. “O seguro promove a melhoria contínua das técnicas e protege enquanto incentiva a qualidade.”

Matheus Marino, presidente do Conselho de Administração da Coopercitrus, reforçou esse ponto, sobretudo, no contexto dos pequenos e médios produtores. "O agronegócio é marcado por ciclos longos e tudo acontece de forma gradual. Recuperar o solo, regenerar áreas e construir resiliência exige segurança — sem ele, o produtor fica vulnerável demais."

O deputado federal Fernando Monteiro (Republicanos/PE) trouxe uma perspectiva política ao defender maior previsibilidade orçamentária e atualização institucional. Ele afirmou: "No Brasil, discutimos combater a seca quando, na verdade, precisamos aprender a conviver com ela. O seguro rural faz parte dessa convivência e é essencial para garantir a segurança alimentar."

Encerrando o painel, Leonardo Botelho, responsável pelas relações com investidores do BNDES, apresentou dados que evidenciam o papel decisivo das cooperativas no crédito rural e na cobertura pós-desastres. Ele enfatizou que mais de 99% das 360 mil operações aprovadas pelo BNDES em 2024 foram destinadas a pequenos e médios produtores.

Na COP30, o banco firmou contratos que totalizam R\$ 21 bilhões com organismos internacionais, recursos que serão repassados por meio de instituições financeiras e cooperativas para apoiar empresas e produtores na ponta. Para Botelho, esses números atestam o avanço da parceria. "As cooperativas estão presentes onde, de fato, a economia acontece. Elas alcançam territórios onde nenhuma instituição tradicional chega."

Cooperativismo, Seguro e Desastres Climáticos: Uma Agenda da Resiliência

No segundo e último painel da tarde, moderado por Angélica Carlini, advogada, consultora e parecerista na área de Direito do Seguro, ampliou o foco para a gestão de desastres climáticos, prevenção e cultura de risco.

A mediadora enfatizou a afinidade histórica entre as duas estruturas: "cooperativismo e seguro nasceram juntos", disse ao enfatizar que mutualismo e cooperação compartilham a mesma lógica de proteção solidária.

Vinicius Brandi, subsecretário de Reformas Microeconômicas e Regulação Financeira do Ministério da Fazenda, reforçou a centralidade do seguro na estratégia climática do Brasil. "Não existe planejamento de adaptação sem a participação do setor de seguros. Ele ainda destacou o papel da nova legislação, que facilita a aproximação entre cooperativismo e mercado segurador, ampliando o acesso e a inclusão.

Na sequência, Ivo Kanashiro, superintendente de Sustentabilidade da MAPFRE, foi enfático. "Sem seguro, não existe adaptação às mudanças climáticas." Para ele, democratizar o acesso ao seguro e promover o intercâmbio de informações com cooperativas são passos essenciais para levar a gestão de riscos ao produtor de forma clara e prática.

Fechando o painel, Alexandre Barbosa, diretor-executivo de Estratégia, Sustentabilidade, Administração e Finanças do Sicredi, abordou a dimensão educacional do tema. "O seguro é um dos pilares da educação financeira. Ele oferece ao associado as ferramentas necessárias para planejar seu negócio de forma sustentável, tanto econômica quanto ambientalmente."

Convergências para o Futuro Climático

O Fórum de Sustentabilidade em Cooperativismo e Seguros evidenciou que a união entre o cooperativismo e o setor de seguros representa um caminho promissor para ampliar a proteção, reduzir vulnerabilidades e enfrentar os efeitos, cada vez mais intensos, das mudanças climáticas.

A mensagem central do encontro — transformar incertezas em confiança — sintetizou não apenas o papel técnico do seguro, mas também sua importância estratégica para o desenvolvimento

sustentável do país.

[Confira aqui](#) a íntegra dos debates da tarde do dia 17

Sustentabilidade vira eixo estratégico e reposiciona seguradoras na agenda climática



A sustentabilidade deixou de ser tema periférico e tornou-se eixo estratégico para seguradoras e instituições financeiras. Essa foi a avaliação dos participantes dos painéis promovidos pela Porto na manhã desta segunda-feira (17), na Casa do Seguro, a embaixada do seguro na COP30. O consenso foi que o setor pode acelerar a transição para uma economia de baixo carbono, fortalecer a adaptação climática e apoiar políticas públicas que tornem as soluções resilientes mais acessíveis.

Mediado por Claudia Prates, diretora de Sustentabilidade da CNseg, o primeiro painel reuniu Butch Bacani, head de Seguros do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP-FI), Patrícia Coimbra, diretora de Gente e Cultura da Porto, e Bruna Araújo, gerente de Finanças Sustentáveis da WayCarbon.

Claudia Prates lembrou que o limite de 1,5°C — considerado o ponto crítico para impactos climáticos irreversíveis — já foi atingido em alguns períodos recentes. Segundo ela, cabe ao setor segurador assumir protagonismo na indução de práticas de redução de emissões, especialmente ao contabilizar e gerenciar as emissões associadas às carteiras seguradas e financiadas.

Fechar a torneira das emissões

Por sua vez, Butch Bacani apresentou um histórico da evolução do papel das seguradoras nas questões ESG. Assinalou, contudo, que manter o foco apenas na adaptação transforma o setor em “um copo sempre transbordando”. Para ele, é necessário atacar a fonte do problema: as emissões de gases de efeito estufa. “Se só lidamos com impactos, deixamos de lado as causas da crise climática. Net zero não é opcional, quanto mais tarde chegarmos, pior será o aquecimento. É preciso evitar a descarbonização no papel e focar na redução real das emissões na economia. Esse trabalho é novo e desafiador, mas indispensável.”

Bacani reforçou que o PSI nasceu para transformar o papel do seguro diante dos desafios globais,

mas destacou que a agenda avança apenas quando governos, reguladores e mercado caminham juntos. Ele lembrou que países emergentes, como o Brasil, são fundamentais para testar novos modelos de seguro climático e acelerar soluções baseadas na natureza. Além disso, as seguradoras precisam ampliar sua capacidade de precificar riscos extremos em um cenário de eventos cada vez mais frequentes, e que a integração entre sustentabilidade e inovação tecnológica já não é uma escolha, mas um pré-requisito de sobrevivência.

Propôs ainda que setor deve assumir liderança moral e prática para “segurar o futuro”, criando produtos que reduzam risco e ampliem resiliência social.

Engajar é o verdadeiro desafio

Patrícia Coimbra detalhou o case pioneiro que colocou o grupo como o primeiro do Brasil — e entre os primeiros da América Latina — a calcular emissões seguradas, financiadas e investidas dentro do Escopo 3, Categoria 15.

Patrícia afirmou que apenas 5% das seguradoras no mundo calculam Escopo 3, e que o processo não se encerra com a primeira mensuração: trata-se de uma jornada de aprimoramento contínuo.

Ela também relacionou mensuração de carbono à estratégia de produtos, inclusão de filtros ESG na gestora, desenvolvimento de soluções sustentáveis no banco e na seguradora, e ações com fornecedores e prestadores — um universo que ultrapassa 45 mil corretores, 18 milhões de clientes e mais de 13 mil prestadores.

Para ela, essa adesão institucional do setor representa mais que um gesto simbólico: é um compromisso operacional que muda processos, métricas e a cultura de negócios. Acrescentou que as seguradoras brasileiras têm demonstrado maturidade ao incluir clima e governança nas decisões estratégicas, mas que ainda há lacunas importantes em dados, modelagem e articulação com o setor público. A transição energética, considera ela, precisa ser acompanhada por educação financeira e pela inclusão de micro e pequenas empresas, que são as mais vulneráveis a eventos climáticos.

Ela reforçou ainda que o Brasil tem potencial de liderar a agenda de seguros sustentáveis na América Latina, desde que mantenha coerência entre discurso e prática. Para ela, o momento exige coragem para inovar e transparência para medir impactos reais.

Contabilizar emissões seguradas

Responsável pela parte técnica da mensuração da Porto, Bruna Araújo, por sua vez, explicou que calcular emissões seguradas não é apenas um exercício de contabilidade ambiental, mas uma ferramenta poderosa de gestão de risco — especialmente os riscos de transição, aqueles associados a regulamentações, mudanças de mercado, tecnologia e percepção social.

Segundo ela, essas métricas permitem que seguradoras se antecipem ao impacto do mercado de carbono, identifiquem vulnerabilidades e redesenhem produtos e carteiras. Bruna lembrou ainda que a metodologia é recente e limitada, mas está em expansão mundial. Neste sentido, o Brasil se posiciona na vanguarda, graças ao case da Porto. “A Porto trouxe um desafio pioneiro: calcular emissões seguradas, financiadas e investidas simultaneamente. Porém, é preciso engajar empresas e cadeias para obter dados robustos — sem isso, não avançamos.”

O protagonismo do mercado financeiro na adaptação climática

O segundo painel da Casa do Seguro, dedicado ao tema “O papel do mercado financeiro para a adaptação climática”, contou com vozes das seguradoras, banco e do governo. Participaram das discussões: Patrícia Chacón, COO da Porto Seguro; Luciana Nicola, diretora de Relações

Institucionais e Sustentabilidade do Itaú Unibanco; e Inamara Santos Mélo, diretora do Departamento de Adaptação e Resiliência do Ministério do Meio Ambiente. A moderação ficou a cargo de Denise Hills, membro do Comitê de Sustentabilidade da Porto.

Denise Hills comemorou o fato de o Brasil chegar à COP com planos estruturados e prontos para implementação pela primeira vez, e não mais com debates sobre intenção. Essa mudança cria o ambiente necessário para que o mercado financeiro (bancos, seguradoras e investidores) assuma papel protagonista na adaptação climática.

A visão das seguradoras

Patrícia Chacón destacou a mudança estrutural que o setor segurador enfrenta diante da escalada dos eventos climáticos. Segundo ela, a primeira etapa para qualquer estratégia robusta é a mensuração precisa: “Tudo começa com medir corretamente nossas emissões: escopo 1, 2 e 3.”

Ela lembrou ainda que o Programa Regenera, da Porto, se assenta em três frentes: (1) tornar a economia mais circular, com reciclagem de peças automotivas e descarte sustentável no contexto do programa Mover; (2) expandir a inclusão securitária — hoje, apenas 6% das perdas por desastres no Brasil contam com seguro, um gargalo crítico; (3) fortalecer a pronta resposta às catástrofes, com equipes mobilizadas em poucas horas, como ocorreu no Rio Grande do Sul, onde foram realizados mais de 5 mil atendimentos no primeiro mês.

Patrícia demonstrou preocupação com a lacuna de proteção, que representa um risco estrutural para o país e assinalou que a seguradora estabeleceu ainda a meta de R\$ 13 bilhões em produtos socioambientalmente responsáveis, ampliando o acesso às coberturas de vendaval, alagamento, residência e automóvel com modelos mais enxutos e acessíveis.

A visão dos bancos

Luciana Nicola chamou a atenção para os crescentes investimentos do banco em sustentabilidade. O Itaú passou de um compromisso de R\$ 400 bilhões para R\$ 1 trilhão destinado à agenda sustentável até 2030, movimento acelerado pela demanda reprimida de empresas por apoio técnico e financeiro para repensar seus processos.

A estratégia central do banco foi descentralizar o conhecimento de sustentabilidade, treinando toda a área comercial para identificar oportunidades nos clientes. Isso permitiu criar produtos simples e escaláveis, como linhas com taxas diferenciadas para renovação de frotas, práticas de agricultura regenerativa ou proteção de solo com plantio de cobertura.

No agronegócio, o programa Reverte — parceria com Syngenta e TNC — já mobilizou R\$ 2 bilhões, recuperando 270 mil hectares de áreas degradadas. “Sustentabilidade tem que ser economicamente viável para todos. Nosso papel é criar instrumentos que antecipem ações e reduzam riscos”, disse Luciana.

Ela destacou ainda o papel decisivo do Eco Invest, política pública baseada em blended finance, que permite alavancar capital estrangeiro com garantias do Tesouro. “Para cada R\$ 1 captado do Tesouro, colocamos R\$ 6 de capital internacional.” O novo ciclo do Eco Invest, lançado na COP, mira a Amazônia e tende a ampliar o alcance do capital catalítico para soluções climáticas inovadoras.

A visão do governo

Representando o Ministério do Meio Ambiente, Inamara Santos Mélo jogou luzes sobre a arquitetura do novo Plano Nacional de Adaptação, concluído antes da COP e construído por 25 ministérios. São 16 planos setoriais e mais de 800 medidas destinadas a reduzir vulnerabilidades climáticas em

áreas como saúde, turismo, infraestrutura, agricultura e políticas sociais. “Uma economia sem resiliência climática não é uma economia capaz de gerar bem-estar. E desenvolvimento sem redução de vulnerabilidades simplesmente não existe.”

Para ela, a adaptação climática precisa romper a lógica atual do financiamento global, marcada por forte assimetria: enquanto 93% dos recursos são destinados à mitigação, menos de 10% chegam à adaptação — justamente a frente que protege vidas. A seu ver, essa distorção revela uma visão excessivamente financeira da agenda climática, que ignora o caráter ético e social do problema. As populações mais vulneráveis, já fragilizadas por desigualdades econômicas e territoriais, são as que mais sofrem com eventos extremos e, portanto, devem estar no centro das prioridades, declarou.

Enfrentar esse desafio exige uma governança multissetorial capaz de articular governo, setor privado e sociedade civil em torno de um pacto comum por cidades resilientes e desenvolvimento inclusivo. Ela defende que o Plano Clima oriente políticas nacionais e locais, garantindo que investimentos públicos e privados considerem responsabilidades éticas e não apenas retornos econômicos.

Após lembrar que 84% dos municípios brasileiros foram atingidos por desastres climáticos na última década, ela afirmou que a adaptação precisa chegar ao território — especialmente às áreas mais pobres — para reduzir desigualdades, fortalecer infraestrutura urbana e proteger famílias repetidamente expostas ao risco.

[Confira aqui](#) a **íntegra dos debates da manhã do dia 17**

A força da parceria: cooperativismo e Seguro Rural frente aos desafios climáticos de 2025

- No Brasil, cooperativismo e mercado segurador vêm se integrando para enfrentar os impactos das mudanças climáticas no campo
- A união desses dois ecossistemas fortalece resiliência econômica, produtividade, proteção financeira e continuidade da atividade agrícola. A COP30 ampliou esse debate ao destacar inovação, inclusão e acesso ao seguro como pilares da adaptação climática

Casos reais: inovação que chega ao produtor rural

Seguros paramétricos adotados por cooperativas

Cooperativas agrícolas vêm acelerando o uso de seguros paramétricos, que acionam pagamento automático quando indicadores climáticos atingem limites críticos: seca, chuva extrema, geada ou granizo.

Com isso:

- o produtor recebe indenização sem perícia e sem burocracia
- muitas cooperativas chegam a custear até 50% do prêmio, ampliando acesso
- regiões rurais de alto risco passam a ter proteção antes inviável

Vinícola Aurora: adaptação com dados e ciência

No Rio Grande do Sul, a Vinícola Aurora é referência ao combinar:

- monitoramento climático
- manejo de solo
- variedades mais resistentes
- apoio técnico a 1.100 famílias cooperadas

Em 2025, lançou o primeiro relatório ESG de dupla materialidade do setor, conectando clima, risco

e negócios.

Soluções personalizadas para cooperados

O Sicoob expandiu seguros ajustados para seca, geada, chuva excessiva, incêndio e roubo, beneficiando mais de 9 milhões de cooperados com coberturas sob medida para cada território.

Desafios: acesso limitado, orçamento reduzido e risco crescente

Baixa cobertura de seguro rural

Apenas 10% da produção agrícola tem algum seguro.
O PSR vive seu pior patamar em uma década:

- 2,23 milhões de hectares segurados em 2025 (apenas 2,3% dos 97 milhões plantados)
- Em 2015 eram 3,4%, mesmo com área menor

Cortes no orçamento

O PSR sofreu redução de quase 50% em 2025, congelando R\$ 445 milhões.
Consequências:

- queda de contratos (de 135,5 mil em 2024 para menos de 80 mil em 2025)
- produtores desistindo do seguro
- risco financeiro crescente diante de secas, enchentes e eventos extremos

Indenizações em alta

Até junho de 2025 foram pagos R\$ 2,5 bilhões em indenizações, alta de 16%.
A safra garantida deve cair mais de 40% em comparação a 2024, reduzindo a proteção no campo.

Risco da desproteção total

Cerca de 95% da área plantada pode terminar o ano sem seguro, um risco grave para a economia rural e para o abastecimento nacional.

Políticas públicas, cultura de seguro e cooperação

Cooperativas têm papel central na educação securitária, na assistência técnica e no apoio ao produtor na contratação do seguro.
A integração entre Proagro (público) e Seguro Rural (privado) é essencial para manter a atividade agrícola após perdas climáticas e facilitar acesso ao crédito rural

Oportunidades de inovação e governança

Nova Lei Complementar nº 213/2025

A lei permite:

- criação de cooperativas de seguros rurais
- acesso ao mercado de resseguros
- maior capacidade de absorver riscos

- redução de preços para o produtor
- capilaridade ampliada em territórios rurais

Hubs de inteligência climática

Ferramentas como o Hub de Inteligência Climática da CNseg integram IA, big data e modelos preditivos para:

- identificar risco por coordenada, propriedade ou bioma
- analisar ameaças setoriais
- orientar decisões de crédito, seguro e adaptação
- cruzar dados socioambientais para conformidade

Crédito orientado pelo risco

O Sicredi já usa metodologias climáticas para ajustar taxas, ampliar seguros e orientar boas práticas de adaptação no campo.

Inovação cooperativista

Cooperativas como a Coopercitrus desenvolvem seguros paramétricos sob medida para seca, chuva excessiva e outros extremos, agilizando pagamentos e eliminando burocracias.

Capacitação climática

Programas como CapacitaCoop e Solução Neutralidade de Carbono treinam cooperativas para medir emissões, planejar mitigação e adotar práticas resilientes.

Futuro promissor

A união entre cooperativismo e setor segurador é hoje um dos caminhos mais promissores para:

- ampliar o acesso ao seguro rural
- reduzir vulnerabilidades climáticas
- fortalecer a agricultura, cooperativismo; seguro rural; clima e agricultura; seguros paramétricos; PSR 2025; COP30; adaptação climática; inteligência climática; Hub CNseg; crédito rural sustentável; resiliência no campo.
- apoiar pequenos e médios produtores
- acelerar resiliência e adaptação no campo
- conectar crédito, tecnologia e proteção financeira

Com inovação, dados climáticos, políticas públicas e cooperação multissetorial, o Brasil tem condições de liderar uma transição justa, proteger sua produção e reduzir perdas diante dos desastres climáticos.

Protagonismo feminino e justiça climática na COP30: mulheres negras, indígenas - e a inovação no seguro

- A COP30 colocou no centro do debate a relação entre mudanças climáticas, transformações tecnológicas e o papel das mulheres negras e indígenas como lideranças essenciais na construção de soluções sustentáveis e inclusivas
 - O setor de seguros aparece como ator-chave para conectar proteção, tecnologia e justiça climática
-

Justiça climática: quem mais sente os impactos do clima?

Mulheres negras e indígenas estão entre as populações mais afetadas por eventos extremos: enchentes, secas, insegurança alimentar e perda de renda. Elas também são líderes comunitárias, articuladoras de políticas climáticas e protagonistas nos debates da COP30, trazendo para a agenda global temas como:

- acesso à água, energia limpa e saneamento
- segurança alimentar
- proteção territorial e cultural
- inclusão econômica

Dados que mostram a desigualdade climática:

- 67% das pessoas em áreas de risco ambiental no Brasil são negras
- 80% dos deslocados climáticos no mundo são mulheres e meninas
- Em 2022, 10,5 milhões de mulheres negras no Brasil não tinham acesso à água potável

Mulheres têm risco 14 vezes maior de morrer em desastres naturais

Seguro, tecnologia e inteligência climática a favor da inclusão

O setor de seguros está acelerando a adoção de IA, big data, georreferenciamento, modelos preditivos e automação para criar produtos acessíveis e adaptados à realidade das comunidades vulneráveis.

Essas tecnologias permitem:

- identificar vulnerabilidades climáticas por território
- criar produtos personalizados
- atender pequenas empreendedoras
- responder mais rápido a enchentes e secas
- ampliar a proteção de populações periféricas

Seguros paramétricos e seguros climáticos já são usados para priorizar áreas onde vivem muitas mulheres negras, indígenas e ribeirinhas, regiões mais expostas e menos protegidas.

Formação, liderança e equidade no setor segurador

Programas como Instituto Conselheira 101 e Sou Segura ampliam a presença de mulheres negras e indígenas em posições estratégicas no mercado de seguros, fortalecendo diversidade, governança e representatividade.

Essa inclusão gera impacto direto:

- produtos mais justos e acessíveis
 - políticas de ESG mais robustas
 - inovação vinculada às necessidades reais das comunidades
 - redes de apoio e oportunidades na economia da transição
-

Ações e reivindicações na COP30

As lideranças femininas reivindicam:

- transição energética justa, com acesso universal à energia limpa
- participação direta em projetos de energia renovável
- coberturas de seguro adaptadas à realidade das comunidades
- financiamento para saúde, infraestrutura e meios de subsistência
- integração de inteligência climática com políticas públicas

O setor segurador é chamado a:

- criar produtos inclusivos
 - fortalecer governança socioambiental (ESG)
 - apoiar resilientes modelos de infraestrutura verde
 - ampliar seguros sociais de catástrofe e seguros climáticos
-

Realidade socioeconômica: conquistas e barreiras

- Mulheres negras são 28% da população, mas apenas uma foi enviada oficial da presidência à COP30
 - Só 27,9% das empresas têm políticas para contratação ativa de mulheres negras
 - O rendimento desse grupo cresceu 5,2% em 2025, mas a desigualdade estrutural persiste
 - Barreiras tecnológicas ainda limitam o acesso a inovação e capacitação digital
-

A COP30 reafirma que não existe justiça climática sem justiça racial e de gênero. A combinação entre tecnologia, inclusão produtiva, seguro acessível e participação social fortalece a resiliência das comunidades mais vulneráveis e impulsiona um modelo de desenvolvimento que coloca pessoas - e não apenas infraestrutura - no centro da adaptação climática.

O setor de seguros tem papel essencial nesse processo, oferecendo: prevenção, proteção financeira, inovação tecnológica, apoio à transição energética, fortalecimento das lideranças femininas e dos territórios tradicionais. É assim que o Brasil avança para um modelo de futuro mais seguro, diverso e sustentável

Seguros na COP30: o reposicionamento estratégico do mercado segurador frente às mudanças climáticas

Chegamos à metade da COP30, em Belém (PA), e a Casa do Seguro segue destacando os principais debates da conferência global do clima. No episódio de hoje, a jornalista Leila Sterenberg conversa com Butch Bacani, Head de Seguros da Iniciativa Financeira do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP-FI) e líder da Iniciativa Princípios para Seguros Sustentáveis (PSI).

Nesta entrevista, Bacani explica como o setor segurador global tem passado por um reposicionamento estratégico: deixa de atuar apenas como “pagador de sinistros” e assume um papel proativo, central para a transição climática, para a construção de resiliência, e para o avanço de uma economia sustentável.

Se você quer entender as tendências que moldam o futuro dos seguros, a relação do setor com a agenda climática e o impacto dessas mudanças no mercado, não perca esta conversa: [Spotify](#) - [Youtube](#)

Fonte: CNseg, em 17.11.2025